

ATA - TRE/PRE/CDTI

Objetivo: Reunião ordinária CDTI

Local: sala da Secretária de TI

Data: 12/12/2024

Hora de início: 14:10

Hora de término: 15:50

Participantes:

- Marcos Rafael Coelho - DG em exercício
- Tatiana Quevedo de Souza Rodrigues - SVPC
- Luciana Aguiar - STI (participação de forma remota, através do Google Meet)
- Marcos Anelli - SGP em exercício
- Sérgio Roberto da Silva - SAOF
- Marcelo de Freitas Machado - COPEG
- Fabiana Saliba Pereira Ramalho - NTI

Assuntos Tratados

- PTE - Plano de Atendimento à ENTIC-JUD
 - revisão dezembro/2024
- Portfólio de projetos da STI
- Gestão de Mudanças

Memória da reunião

O Diretor-Geral em exercício, Marcos Rafael, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, passou a palavra para a Secretária de TI, Luciana Aguiar.

A Secretária informou que estava participando da reunião de forma remota por questões médicas e, dando prosseguimento, passou a palavra para a representante do NTI, Fabiana Ramalho, para que fosse dado início à exposição dos assuntos da pauta.

PTE - Plano de Atendimento à ENTIC-JUD - revisão dezembro/2024

- Fabiana apresentou um resumo do Plano e, em seguida, detalhou o status
 - total de 55 ações e 95 atividades
 - 31 ações totalmente concluídas / 64 atividades
 - 18 ações em andamento, com 31 atividades associadas (28 em

andamento / 3 não iniciadas)

- em seguida, apresentou uma proposição de ajustes
 - versão atual: dezembro/2023
 - necessário novo ajuste para atualizar status, responsável, prazos e eventualmente a descrição
 - a servidora destacou que, nessa revisão, foi feito um trabalho prévio junto às unidades impactadas (CETI, Ouvidoria, SGP, CSI, CGPD); tal ação foi bastante positiva para atualizar as definições das ações/atividades e propor ajustes mais adequados à realidade das unidades responsáveis
 - Fabiana observou que a maioria das atividades ainda não concluídas se refere a ações de cibersegurança e proteção de dados, as quais são prejudicadas pela ausência de definição quanto à estrutura; outro destaque se refere às ações de gestão de pessoas, pois dependem da Política de Sucessão (foi aprovada recentemente pelo órgão) e implementação de benefícios e ajustes de normativos para a carreira de TI
 - em seguida, a servidora apresentou o [documento](#) com os ajustes; o documento lista todas as ações em andamento, mas nem todas precisam de ajustes
 - Fabiana lembrou ainda que não iria demonstrar cada ajuste sugerido, pois o documento havia sido encaminhado junto ao e-mail prévio de convocação para a reunião; observações sobre os ajustes:
 - PTE-03: ajuste de data-fim
 - PTE-04: ajuste descrição do procedimento
 - PTE-07 A: inclusão CETI como responsável
 - PTE-18: ajuste data-fim todas as atividades
 - PTE-20: ajuste data-fim
 - PTE-21: ajuste data-fim todas as atividades
 - PTE-22: ajuste datas todas as atividades
 - PTE-24: ajuste data-fim
 - PTE-43: ajuste data-fim
 - PTE-45: ajuste data-fim / inclusão AGPI
 - item referente à pesquisa de satisfação; Fabiana explicou que agora está a cargo da Ouvidoria e que a unidade pretende sistematizar a coleta e análise das pesquisas respondidas; além disso, é necessário melhorar a divulgação da pesquisa permanente; AGPI incluída porque os resultados das pesquisas podem impactar os indicadores estratégicos
 - PTE-49, 50: ajuste data-fim todas as atividades
 - ações de gestão de pessoas
 - PTE-55: retirar TSE
 - em seguida, foi aberta a palavra para que os integrantes do Comitê pudessem fazer suas observações:
 - Luciana observou que o CNJ incentivar a elaboração de política de valorização específica, tal como o TRE/BA; a Secretária

destacou que, em reunião com a SGP, a servidora Érica sugeriu coletar ideias junto aos servidores de TI sobre o que eles têm interesse como forma de valorização, para poder inovar nos convênios firmados conforme o interesse dos servidores; comentou também que será solicitado que a SGP forneça um relatório para confirmar a observação pontual de que está havendo aumento de licenças entre os servidores da carreira de TI

- a Secretária comentou que uma forma de valorização poderia ser o incentivo à participação do servidor em evento tecnológico externo; atualmente, os convites de outros regionais são recebidos muito próximo ao evento e, por questões orçamentárias, a Admin. acaba não autorizando a participação do servidor
- sobre as atividades referentes à ação PTE-50 (sucessão), Luciana comentou que a STI já vem fazendo esse trabalho internamente, tanto na CITIS (com a substituição do coordenador anterior pelo atual) como na COCLE (esta unidade tem previsão de mudança a partir de fevereiro/2025)
- em relação às capacitações, Luciana comentou que existe recurso específico para a STI, mas que os cursos gerenciais oferecidos deveriam ser de natureza diferente, pois os servidores de TI muitas vezes têm um perfil muito técnico
- a Secretária aproveitou para agradecer a responsável pelo NTI, Fabiana Ramalho, que conduziu novamente os trabalhos relativos ao iGovTIC-JUD 2024, juntamente com o chefe de gabinete, Alexandre Arashiro e com o responsável pela cibersegurança, Antônio Barata; como resultado, mais uma vez a STI obteve o nível de maturidade Excelência em governança de TI
- Luciana lembrou ainda que as ações para o iGovTIC-JUD 2025 já devem ser iniciadas e que o objetivo é, além de contribuir com a pontuação no Prêmio Qualidade, a STI busca a melhoria interna de seus processos
- o Diretor-Geral em exercício, Marcos Rafael, comentou que ouviu atentamente acerca da importância de realizar ações de valorização dessa carreira tão importante para o órgão; comentou que tem conhecimento de que um tribunal da Paraíba estabeleceu uma gratificação específica para a carreira de TI e que, diante de tantas ameaças e incidentes cibernéticos, os órgãos de controle (tais como TCU e CNJ) têm buscado incentivar que o pessoal de carreira de TI seja cada vez mais qualificado
- em relação a isso, Marcos Rafael observou que o TRE tem verba específica para capacitação de TI e que qualquer aumento depende de liberação orçamentária
- Luciana comentou que a valorização vai além de oferecer capacitação; pode ser desconto em algum serviço, benefício, oportunizar participação em eventos de relevância no cenário técnico (tais como congressos, seminários); a Secretária destacou o que considera um ponto nevrálgico, que é a cibersegurança; atualmente, o TRE/MS é o único tribunal

eleitoral sem ter a estrutura de segurança formalmente definida; o servidor que hoje atua exclusivamente nessa área não tem substituto

- o Secretário de Gestão de Pessoas em exercício, Marcos Anelli, lembrou que não adianta dobrar a verba orçamentária se não houver capacidade de executar o plano de capacitação, seja pelo fato de que a equipe da SECAP é pequena ou mesmo pelo calendário dos eventos
- a Secretária da Vice-Presidência, Tatiana Quevedo, observou que o programa de valorização de TI a ser proposto pode ser algo em construção, não se restringindo a seguir um único caminho, mas que possa ter múltiplas opções de benefícios
- o coordenador da COPEG, Marcelo Machado, observou que todo ano costuma haver sobre orçamentária de recurso de capacitação, pois nem sempre os cursos previstos são executados com o orçamento inicialmente definido; ele comentou também que os seminários e congressos não são pagos com verba de capacitação, então que talvez haja possibilidade de alocar recurso caso seja previsto pela STI
- Fabiana comentou que existe uma gama de ações que podem ser feitas internamente, tais como: exclusão da STI no período de jornada de trabalho (pessoal de TI precisa vir fora do horário do expediente para realizar manutenções, acompanhar fornecedores, por exemplo), incentivo ao teletrabalho
- Luciana observou que a valorização não é só a questão financeira e que a TI perdeu oportunidades de participação na Justiça Eleitoral; como exemplo, a servidora citou o FORTI, que era um seminário de apresentação e troca de soluções voltado para o pessoal da área de TI e que não é mais realizado
- o Secretário da SOF, Sérgio Roberto, comentou que se tratam de ajustes pontuais em sua maioria, sem mudanças significativas
- concluídos os apontamentos, o CDTI deliberou pela aprovação dos ajustes propostos no PTE

Portfólio de projetos da STI

- Fabiana apresentou uma tabela com o comparativo de projetos aguardando início em abril e na data atual; conforme observado, o portfólio concentra hoje 14 projetos aguardando (eram 19 em abril) e 7 em execução (sendo 9 em abril)
- a servidora lembrou que o portfólio reúne projetos de desenvolvimento, implantação de sistemas e soluções de infraestrutura, sendo que cada projeto tem sua prioridade definida de acordo com alguns critérios estabelecidos na metodologia de gerenciamento de projetos
- em seguida, foi apresentada a lista de projetos de desenvolvimento que estão aguardando início, pois são aqueles em maior número:
 - suprimento de fundos: levantamento de requisitos iniciou em novembro e não deve encerrar até o final do exercício; não foi iniciado antes por incompatibilidade de agenda dos desenvolvedores e da unidade demandante (em setembro, a unidade técnica podia começar, mas a

unidade demandante estava com processos de eleição)

- Fabiana informou que o sistema apresenta fluxo que impacta várias unidades da SAF e nas reuniões para debater os requisitos, têm surgido mais dúvidas; por essa razão, o processo tem se atrasado; caso a unidade demandante atrase para responder as dúvidas dos desenvolvedores, o levantamento pode atrasar mais
- os próximos sistemas na ordem de prioridade definida pelo CDTI são: divulgação informação licitações, execução plano de contratações e controle de prazos de entrega; é necessário atualizar datas previstas, pois o sistema de suprimento de fundos assumiu prioridade após a Resol. 821/2024 e os outros 3 sistemas aguardando início possuem data prevista para execução (fazem parte do PTD)
- Fabiana comentou também que é previsto o recebimento de uma proposta de projeto da SJ, que irá atender a uma demanda feita pela Presidência; quando essa proposta chegar, irá assumir a prioridade de desenvolvimento
- em seguida, Fabiana comentou que a SAOF solicitou ajuste na ordem de desenvolvimento dos sistemas demandados e passou a palavra para que o Secretário Sérgio Roberto explicasse melhor para os presentes
 - Sérgio Roberto comentou que a SAOF gostaria que o sistema de controle de prazos de entrega de materiais seja executado logo após o de Suprimento de Fundos; atualmente, o TRE não possui uma ferramenta para controlar os prazos de entrega e essa situação pode gerar prejuízos porque pode haver situação em que um fornecedor pode descumprir um prazo e não ser penalizado; já em relação às outras demandas solicitadas - divulgação de licitações e acompanhamento do plano de contratação, Sérgio explicou que as ações já são feitas e que o sistema vai melhorar os procedimentos
 - Luciana comentou que o procedimento comum é fazer a apresentação da proposta, a qual será priorizada para que fique na fila; com o Sistema de Suprimento de Fundos, houve uma priorização em decorrência da Resolução e que isso pode ter prejudicado a execução, pois o sistema é complexo e, por isso, o levantamento de requisitos ainda está em andamento
 - a Secretária de TI lembrou que pretende encaminhar proposta para contratação de pessoal para desenvolvimento de sistemas e, assim, diminuir o tempo de espera para entrega de um projeto; Luciana observou também que cada pedido de ajuste deve ser comunicado porque pode ser que o técnico já esteja alocado para uma proposta
 - Luciana comentou ainda sobre a situação do sistema de diplomas: a ferramenta atual foi desenvolvida pelo TRE/SP e tem a probabilidade de ser substituída por outra a ser desenvolvida localmente; caso isso aconteça, será atribuída uma priorização a essa proposta e, se for o caso, o assunto será trazido ao CDTI para nova deliberação
 - Sérgio Roberto comentou que a mudança de ordem de execução está sendo solicitada porque os sistemas da SAOF ainda não entraram em execução e que o sistema de suprimento de fundos continua sendo o primeiro na ordem; a proposta é que, depois dele, seja executado o de Controle de Prazo de Entrega de Materiais
 - finalmente, Luciana observou que a participação da unidade

demandante é fundamental durante a execução de cada projeto, especialmente na fase de levantamento de requisito e testes; sempre que a unidade demandante demora para realizar tais ações, ocorre atraso considerável

- concluídos os apontamentos, o CDTI deliberou pela aprovação da proposta de antecipação do projeto de Controle de Prazo de Entrega de Materiais; assim, a ordem atual de desenvolvimento de sistemas no portfólio passou a ser
 - Novo sistema de suprimento de fundos
 - Controle de Prazo de Entrega de Materiais
 - Divulgação e publicidade de licitações
 - Controle de execução Plano de Contratações
- finalizada a análise sobre a priorização dos projetos de desenvolvimento, Fabiana lembrou que existem normativos que tratam do desenvolvimento de software; as unidades que possuem demandas devem encaminhar pedido através da elaboração de PIP (proposta inicial de projeto) para o EP/STI, pois o desenvolvimento de sistemas é prerrogativa da unidade de tecnologia.

Gestão de Mudanças

- Fabiana informou que esse item não estava previsto na pauta inicial da reunião, mas que foi inserido para que a STI pudesse apresentar uma situação que tem sido enfrentada para que, em 2025, possa ser implantado um processo efetivo de gestão de mudanças; em seguida, passou a palavra para Luciana prosseguir com o tema
- a Secretária observou que a SGA, unidade da CITIS, foi muito impactada em novembro com a determinação para redução do parque de impressoras ainda naquele período; essa ação já estava prevista para ocorrer em 2025, já sob a vigência do novo contrato de outsourcing, no entanto, foi determinada a execução antecipada
- outro ponto que impactou a SGA foi a mudança das unidades da Presidência e Corregedoria devido à reforma das instalações atuais; essa ação demandou muitos chamados urgente na Central de Atendimento para preparação de microcomputadores e demais configurações; houve caso em que a ação de mudança impactou a ação que já tinha sido realizada relativa à redução de impressoras, devido à necessidade de reconfiguração de equipamentos
- Luciana observou que o sucesso no fechamento do cadastro e nas eleições foi baseado, em grande parte, no planejamento das ações, mas que observa casos em que o planejamento às vezes está com uma área só; caso isso não seja compartilhado, gera prejuízo para as outras áreas impactadas
- em seguida, a Secretária lembrou que, quando a PRE e CRE retornarem para seu antigo espaço de trabalho, certamente haverá impacto para a STI; por essa razão, a unidade precisa ser comunicada com antecedência para prever os ajustes que serão necessários
- a mesma situação irá ocorrer quando a área que está passando por expansão for entregue, pois a TI precisa saber com antecedência qual será a distribuição de unidades; outros exemplos de situação que afetam a unidade: plantões da Central de Serviços (o chamado precisa ser aberto com antecedência),

expansão da área externa ao Plenário, mudanças de servidores de uma unidade para outra e reestruturação organizacional

- quanto a esse último exemplo, Luciana observou que a mudança da COPEG para vínculo à SAOF gera a necessidade de ajuste no SEI, então o ideal é que seja comunicado antes para que não gere uma urgência que irá prejudicar outras ações já em andamento que terão que ser paralisadas para atender esse tipo de situação
- a Secretária comentou que a STI possui um processo de Gestão de Mudança, e que será ampliado para atender mais situações, por isso está apresentando essas questões ao CDTI
- considerações CDTI:
 - Sérgio Roberto questionou se o assunto seria tema para alguma deliberação do CDTI
 - Fabiana explicou que a gestão de mudança é uma boa prática na gestão de serviços de TI e que, devido ao fato de que as mudanças acabam por impactar outras áreas caso não sejam bem avaliadas, o assunto está sendo apresentado ao CDTI (o comitê possui representantes de todas as áreas e é afetado sempre que ocorre uma questão que modifica ou afeta os serviços de TI)
 - Luciana observou que, nas reuniões do CDTI, a STI deve apresentar as boas práticas que estão sendo seguidas e também os desafios e situações que precisam de ajustes; muitas vezes, outras unidades não possuem a oportunidade de ter esse tipo de reunião para repasse de informação, então deve-se aproveitar dos encontros mensais para otimizar a entrega de serviços para todas as unidades

Conclusão

Finalizada a exposição dos assuntos da pauta, Fabiana agradeceu por mais um ano em que o CDTI se reuniu mensalmente para tratar de questões de governança de TI; mais uma vez, a servidora lembrou do papel fundamental do Comitê como instância que controla a gestão. Luciana agradeceu a parceria e auxílio de todos para execução das ações do iGovTIC-JUD 2024 e demais processos da STI.

Finalmente, o Diretor-Geral em exercício, Marcos Rafael, comentou que a reunião foi bastante rica em debates, agradeceu a presença e a participação de todos em mais um ano de sucesso e deu por encerrada a reunião.

A apresentação que serviu de guia para a reunião está registrada neste processo sob evento nº 1794728.

Próximos passos

- Próxima reunião CDTIC
 - Quando: **23-01-2025 às 14h**



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA QUEVEDO DE SOUZA RODRIGUES, Secretária**, em 16/12/2024, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SÉRGIO ROBERTO DA SILVA, Secretário**, em 16/12/2024, às 18:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO GRANJA ANELLI, Coordenador**, em 16/12/2024, às 18:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS RAFAEL COELHO, Secretário**, em 16/12/2024, às 21:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA SALIBA PEREIRA RAMALHO, Analista Judiciário**, em 17/12/2024, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO DE FREITAS MACHADO, Coordenador**, em 17/12/2024, às 13:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA JUCINEIRE VIEIRA DE AGUIAR, Secretário**, em 20/01/2025, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1794720** e o código CRC **3A55520C**.

